



MEMÓRIA – Reunião Ordinária dos membros do CONESD

Local, data e horário: DEPSD/CONESD; 13/12/2017; 9h às 12h.

Participantes: Maria Lucia Gomes (ACP/PR); Thiago Aguilar Massolin (Compacta); Sandra R.F. dos Santos (CRP/PR); Cristina Corso Ruaro (MPPR); Diana de Lima e Silva (SINDIJOR); Alessandro A. Scaduto (UFPR); Luiz Carlos Hauer (OAB/PR); Roberto da Cunha Saraiva (DEPEN); Helena Maria Ramos dos Santos (CRESS/PR); Dalton Gean Perovano (BPEC/PMPR); Juratriz Salete Ribas (SEDS); Deborah Toledo Martins (SEJU); Maristela da Costa Souza (SESA); Nelson Venâncio Filho (DENARC); Magda Lucia F. Oliveira (SETI); Regina Célia Vitório (SEED).

Pauta

1. **Apreciação da ata da última reunião (08/12/2017)**
2. **Ouvida do Sr. Jorge Ricardo Souza Oliveira, atual Chefe de Gabinete da SESP/PR para esclarecimentos sobre os resultados dos três últimos leilões da venda de bens provenientes do tráfico de drogas, o percentual previsto para este Conselho e a aplicação dos recursos.**
3. **Respostas dos ofícios enviados às instituições, que os seus representantes/conselheiros estão ausentes constantemente, prejudicando o quórum de votação e o regular funcionamento do conselho.**
4. **Documentos judiciais enviados à presidência do CONESD em relação ao atendimento de adolescentes pelos órgãos da saúde.**

5. **Apresentação do resultado do 1º Encontro dos Conselhos Municipais sobre Drogadição, em 06/12/2017. Considerações sobre o precaríssimo apoio para viabilizar o evento.**
6. **Calendário para as reuniões ordinárias de 2018 do CONESD/PR**
7. **Formulação conjunta de regras sobre a comunicação por whatsapp do CONESD/PR**

Descrição

A reunião teve início com a fala da Presidente Diana de Lima e Silva acolhendo a todos os membros presentes do CONESD e, na sequência deu a palavra para o Dr Jorge Ricardo, atual Chefe de Gabinete da SESP/PR, o qual agradeceu o convite e iniciou sua explanação sobre o resultado dos três últimos leilões de bens provenientes do tráfico de drogas, destinados ao CONESD. Ressalva-se, que segundo o Dr Jorge os valores apresentados por ele aos membros do CONESD, presentes, não são dos três últimos leilões. E, nesse sentido, foi questionado pela Presidente, cordialmente, pois a mesma enviou o ofício nº 49/2017 solicitando esses dados, inclusive com documentos comprobatórios. Mas o Dr Jorge explicou que houve um equívoco de comunicação e que naquele momento, ele só podia apresentar os valores do último leilão. Também informou que o CONESD não está cadastrado para os convênios, o que implica em não estar oficializado para receber os recursos. Dessa forma é necessário o cadastro com apresentação de projetos para conseguir os recursos provenientes dos leilões como é o procedimento de outras secretarias.

Também informou que o desligamento do secretário da SENAD, troca de presidente e ministro são informações relevantes, porque interferem nos procedimentos de distribuição de recursos e na aprovação de projetos encaminhados a essa secretaria. Também explicou que mesmo considerando esses entraves sentou-se com o Secretário Nacional da SENAD e, segundo ele, é o Estado que mais arrecada. Porém, não existe fundo a fundo. Para obter o recurso, segundo o Dr Jorge é mais importante enviar os projetos, seguindo os trâmites do cadastramento para que retorne aprovado e possa

promover ações de prevenção. Discutir o recurso, não é prioridade, mas sim enviar projetos a Brasília e que esses projetos objetivem em ações concretas voltadas à prevenção.

Ainda, segundo o Dr Jorge outros estados têm muitos projetos. Mas o Conselheiro Luiz Carlos reforça que é importante saber o valor do recurso para ter assertividade nas ações. E, ainda, considerando-se que nesta data, tem-se a representante do CRESS/PR e disse que os municípios devem enviar os projetos a SENAD, quando abrirem os editais e não os Conselhos.

Na sequência, a Conselheira Cristina afirmou que existem leis, as quais devem abastecer o fundo. E, ainda há entre a CONESD e a Secretaria de Estado uma distância, o que compromete a comunicação. Citou que um exemplo, concreto foi uma reunião da SESA, que houve a possibilidade de conversar com o Secretário e manifestar os problemas em relação à dinâmica do funcionamento do CONESD. Mas são situações pontuais e não contínuas para o trabalho do CONESD.

Terminada a sua explanação o Chefe de Gabinete agradeceu a Presidente o convite e reafirmou que a secretaria fica à disposição. Informou que o Secretário está em férias regulares. Esse ano não é possível agendar com o Secretário. A Presidente Diana deixa claro a sua disposição e dos conselheiros de realizar um trabalho conjunto. E, ainda, solicita uma reunião “presencial” com o secretário para poder efetivar a política pública sobre drogas.

Ele ainda lembrou dos desafios do CONESD, lei 17244/11 de propor projetos, que devem ser encaminhados à Secretaria assim como a polícia e outros já fizeram para angariar recursos. E, finalmente colocou-se à disposição do CONESD e reitera o agradecimento do convite.

A Presidente Diana e Vice Presidente Cristina sugeriram fazer uma reunião extraordinária para tomadas de decisões em relação ao retorno do CONESD à SEJU, pois na votação dessa transição de uma secretaria para outra foi votado pelos conselheiros, que permanecesse na SEJU, mas por decreto passou para SESP.

Nesse momento, o Conselheiro Tiago (Compacta) questionou que ações práticas foram realizadas pelo CONESD, sob a SEJU. E a Presidente Diana respondeu que o Dr Peixoto e o Sr Jonatas percorreram todo o Estado do Paraná implementando conselhos, fortalecendo os conselhos existentes e que sempre houve muito diálogo e apoio da SEJU.

A Conselheira Helena CRESS/PR indicada nessa data à participação no CONESD, explicou que o conselho não elabora projetos e sim articula a busca dos recursos para executar as ações. Ele é um órgão colegiado permanente, deliberativo, normativo, consultivo, de composição paritária, orientador, articulador da Política Pública Sobre Drogas do Sistema Estadual Sobre Drogas –SEAD no âmbito do Estado do Paraná.

Voltando à questão dos recursos relatados em valores reais é possível até ter uma sede própria, segundo a Conselheira Cristina, pois a CONESD vinculada à atual Secretaria não desenvolve um trabalho conjunto, ao contrário da época em que estava na SEJU. Um exemplo de integração entre os órgãos foi a PREVIDA desse ano, complementou a Conselheira Cristina. Outro ponto importante é a Conferência de 2018 e procurar visitar os Estados, por exemplo, o de Minas Gerais para aprender com eles sobre os encaminhamentos que fizeram para angariar o recurso.

A Presidente Diana, também se pronunciou sobre a participação em eventos oficiais, que em função de não ter recursos, precisou desembolsar valores próprios. E, disse que a Secretaria de Segurança Pública, DEPSD (execução), tendo o Presidente como parte do fundo estadual, possibilitaria um acesso a essas informações. A Presidente Diana e a Vice Presidente Cristina disseram que o apelo do CONESD é uma interação maior, sendo que os 15% são para o Estado do Paraná. O que falta do órgão executivo é o indicativo de que: “em qual momento possam ser inseridos os projetos”.

A remessa de valor fundo a fundo é para o município. No Estado passa pelo SICOM que demora para liberar e, conseqüentemente planejar ações concretas de prevenções. O aval do conselho organiza as ações após

Helena Cress

aprovação. A Presidente Diana reafirma a fala da Conselheira citando os cinco eixos da política pública e que a falta de recursos impede de executar projetos.

O Conselheiro Perovano/BPEC explicou que para o desenvolvimento do projeto é necessária muita experiência vinculada a uma necessidade. Segundo ele, de acordo com a responsabilidade cederam ao projeto, no caso, do BPEC, verificaram a pertinência e inseriram no SICOM. Tem o órgão responsável pela elaboração do convênio e o conselho como entidade para análise da pertinência do projeto para ações de prevenções. Ele também disse que o CONESD deveria criar linhas de estudo para o recebimento desses projetos, analisar os que serão necessários para prevenção e que contemplem os eixos da política pública sobre drogas. O CONESD faz as deliberações para ter o recurso. A Conselheira Regina Célia/SEED compactua com a proposta de linhas de estudo do Conselheiro Perovano/BPEC, pois em função das necessidades levantadas pelo CONESD é possível desenvolver ações efetivas de prevenção, no Estado/municípios.

Ressaltou-se por parte da Conselheira e Vice Presidente Cristina que é importante produzir material didático, após validação desses projetos e contar com o envolvimento e colaboração dos Conselhos Municipais no desenvolvimento dessas ações, considerando-se a experiência de muitos municípios.

O Conselheiro Luiz Carlos/OAB em resposta ao Conselheiro Thiago/Compacta, sobre o Plano P.S.P, que não foi aprovado e tem publicação, disse que tudo se resume em diálogo, sem o qual não há ações conjuntas entre as partes interessadas.

Também é importante falar do evento, que está acontecendo nesta data e amanhã com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba denominado I Fórum de Fortalecimento dos Conselhos Municipais, organizado pelo DEPSD.

Evento de articulação com os municípios para orientação de criação de conselhos municipais ou comissões de políticas públicas sobre drogas, trocas de experiências com os municípios já estruturados com palestras sobre temas diversos, que subsidiarão os representantes municipais em seu trabalho.

Retomando a pauta da reunião, ficou como sugestão uma reunião extraordinária para deliberar sobre os projetos, a partir das linhas de estudo, e para isso é necessária a criação de uma comissão permanente de análise dos projetos.

Dessa forma, tem-se o recurso, o conselho de representatividade, a linha de prevenção, o material didático. Conseqüentemente, a inserção de boas práticas para disseminar nos municípios.

Passando para outro ponto da pauta é a reestruturação do CONESD em conformidade com o Regulamento Interno, a partir das faltas justificadas e definidas em calendário, pois a entidades faltosas têm compromisso com o Conselho. Foram enviados ofícios em outubro, segundo a Presidente Diana, para a substituição desses representantes. São eles: Instituto Família e Associação dos Municípios do Paraná, os quais inclusive foram convidados ao evento e que se pronunciassem, conforme ofício 46/2017, de 31/10/2017. A Associação dos Municípios não se pronunciou e precisa decidir se fica ou não. O Conselheiro Luiz Carlos Hauer reiterou uma vaga exclusiva para as comunidades terapêuticas.

Após realizou-se a leitura do ofício pela Presidente Diana do protocolado, outro ponto da pauta e solicitação de atendimento e posicionamento. A Conselheira Maristela/SESA discordou do teor do ofício, observando que nele constavam apenas citações de leis e que a Presidente deveria consultar o órgão para responder ao protocolado. A SESA é o órgão responsável e ele deveria fazer os encaminhamentos, pois o parecer lido está incoerente com a Política de Saúde Mental do Estado. A Conselheira solicitou o cancelamento do documento e que passasse primeiro para a SESA.

A Conselheira Helena contribuiu nesse caso orientando que se deve encaminhar à comissão e consultar o órgão competente. O propósito é decidir os encaminhamentos a partir da avaliação da SESA. Segundo a Conselheira Maristela existem 22 regionais de saúde mental sob sua coordenação. Os procedimentos são de solicitar, investigar para responder ao processo, no caso em questão. Há um esforço de capacitação para minimizar as situações

Helena MT

apresentadas pelo protocolado. Muitos municípios não se articulam para efetivar ações voltadas à saúde mental. Nesse momento, o Conselheiro Soavinski solicitou, cordialmente, sobre o funcionamento do CAPS AD e se possível um contato com a SESA.

Nessa reunião foi nomeada nova secretaria do CONESD, a Conselheira Regina Célia Vítório/SEED . O secretário atual, João Iansen agradeceu até o momento a colaboração de todos e retoma sua função de Conselheiro do CONESD. Também, definiu-se que a estagiária Camila continua cedida ao CONESD para digitação de documentos, atualização do site sobre as ações desenvolvidas pelo CONESD e outras ações necessárias pertinentes à Comissão.

A sugestão é propor as ações para o ano que vem com antecedência. Os grupos de redução de danos, propor reuniões para participação. Há necessidade de articulação política para mudança da SESP para SEJU, pois dinheiro não tem rubrica orçamentária, não tem fonte de recurso, considerando-se que o orçamento já está fechado para 2018, o que compromete a proposição de novas ações e que não foram contempladas no orçamento de 2018.

Solicitar ainda ao Conselheiro João os novos valores do fundo para planejamento de ações em 2018. Definição das comissões do Grupo de Trabalho. E, se decidiu que esse grupo inicie às 8h e termine às 9h e, na sequência a reunião de convocação do CONESD. Devem-se encaminhar as pautas das reuniões por e-mail e as comunicações necessárias por e-mail, assim otimizando as ações necessárias ou decisões a serem tomadas pelo grupo.

Na sequência, a Conselheira Maria Lúcia comunicou que foram realizadas votações por participantes não nomeados oficialmente nas reuniões convocadas pela CONESD. Solicitou o encaminhamento, via ofício, ao Ministério Público sobre essa situação e o retorno do Procurador-Geral das providências tomadas, pois se não houver um esclarecimento sobre esse

Belém, 17/12/2018

assunto não é possível validar as votações e também as decisões tomadas em relação às pautas propostas.

Ficaram definidas as reuniões para o mês de Fevereiro/2018: os dias 07/02/2018 – extraordinária, às 9h e 21/02/2018 – ordinária, às 9h.

É a memória, lavrada pela Conselheira Regina Célia Vitório (SEED/PR).

Curitiba, 13 de dezembro de 2017.

Belenete Mb

A collection of handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature in the center and several smaller ones to the right and below.